

EXIGÊNCIAS DA ÉTICA E DA MORAL PÓS-MODERNA À LUZ DE BAUMAN

Me. Enilson Macedo Ferreira ☎ 0000-0002-8025-4355

Dr. Almiro Schulz ☎ 0000-0001-7010-0785

Samanta Aguiar Rodrigues da Silva Sousa ☎ 0000-0001-5187-7812

Universidade Federal de Goiás

RESUMO: O texto tem como problemática a ética e a moral pós-moderna à luz da discussão e da abordagem de Bauman. O objetivo geral é apresentar a análise e a discussão sobre a configuração da ética e da moral do mundo moderno e a exigência que se estabelece para a ética e a moral do mundo pós-moderno. Os objetivos específicos são: 1) apresentar uma síntese do processo da constituição da ética e da moral no contexto do mundo moderno; 2) identificar a similaridade e a diferenciação da ética e da moral pós-moderna, e 3) discutir as exigências práticas para a ética, a moral e seus dilemas no exercício da docência. Trata-se, pois, de um estudo qualitativo, com procedimento de análise textual e comparativo, com respostas sobre a vivência ética. Deste modo, na modernidade, buscou-se uma ética universal e fundamentada na razão, enquanto a ética e a moral pós-moderna se apresentam mais plurais, sem universalização, com maior valorização da vida na perspectiva emocional. Assim, constata-se que as exigências da ética e da moral pós-moderna geram dilemas para se tomar decisões e exercer a docência.

PALAVRAS-CHAVE: Ética e moral; Modernidade e pós-modernidade; Emoção e docência.

REQUIREMENTS OF POSTMODERN ETHICS AND MORALS ACCORDING TO BAUMAN

ABSTRACT : This text considers the problem of post-modern ethics and morals according to the discussion and approach of Bauman. The general aim is to present the analysis and discussion about the configuration of ethics and of morals of the modern world and the requirement established for ethics and morals in the postmodern world. The specific objectives are: 1) to present a synthesis of the process of constitution of ethics and morals in the context of the modern world; 2) identify the similarity and differentiation of postmodern ethics and morals, and 3) discuss the practical requirements for ethics and morals and their dilemmas in exercising the teaching profession. Thus, this is a qualitative study through the procedure of textual and comparative analysis, with responses regarding ethical living. In this way, in modernity, there was a search for universal ethics based on reason, whereas postmodern ethics and morals emerge as more pluralistic, without universalization, with greater value placed on life from an emotional perspective. Therefore, it appears that the requirements of postmodern ethics and morality create dilemmas for making decisions and exercising teaching.

KEYWORDS: Ethics and morals; Modernity and postmodernity; Emotion and teaching.



1 INTRODUÇÃO

Discutir ou escrever sobre pós-modernidade não é nada inédito, a começar pelas discussões sobre o que se entende por pós-modernidade. O que se pretende com o prefixo pós? O que é o antes? O que está em questão ao se propor o pós? A partir de onde se considera os pós? É uma leitura da história como condicionantes: a economia, a racionalidade e a valoração? Estas e outras perguntas podem ser levantadas em busca de respostas. De igual modo, propor a temática da ética e da moral, também, enquanto temática, não sugere nada de novo, e discutir sobre ética e moral na pós-modernidade já é objeto de longos anos. O problema em foco, a partir de Bauman, será buscar uma ética/moral universal e fundamentada no contexto da modernidade e sua relação com a fluidez na pós-modernidade, ou seja: o que mudou entre a racionalidade moderna e a estética/emocional pós-moderna, desenvolvido no texto “Ética pós-moderna” (Bauman, 1997)? O objetivo geral, portanto, é apresentar a análise e a discussão que Bauman faz sobre a configuração da ética e da moral referente ao mundo moderno e a exigência que se estabelece para a ética e a moral no mundo pós-moderno. Na busca desse objetivo, propõe-se como objetivos específicos: 1) apresentar uma síntese do processo da constituição da ética e da moral no contexto do mundo moderno, conforme Bauman; 2) identificar a similaridade e diferenciação da ética e da moral no contexto pós-moderno na visão de Bauman, e 3) relacionar e discutir as exigências práticas para uma ética e moral, com suas implicações, na docência. Trata-se, pois, de um estudo qualitativo, com procedimento de análise textual, centrado, sobretudo, no texto acima referido, comparando-o com textos paralelos e afins e respostas a duas questões por um grupo de docentes.

Bauman é um pensador renomado e conhecido como filósofo e, principalmente, sociólogo, pelas suas publicações e pelos estudos sobre a modernidade e a pós-modernidade, em especial, pelo conceito que desenvolveu de “sociedade líquida”. Entretanto, ele não é o único e manteve diálogo com alguns contemporâneos, entre eles, Max Weber, a quem se refere no texto e Gilles Lipovetsky, por meio da obra “O crepúsculo



do dever” (1994) e de outra publicação posterior, “A sociedade pós-moralista – o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos” (2005). Muitos outros textos são importantes, mesmo que não se tenha feito referência, podendo-se relacionar, também, o texto de Japiassu, “A crise da razão objetiva” (1996), publicado um ano antes do livro em consideração.

O texto de Bauman é estruturado em oito, capítulos, sendo que na introdução, já se é possível apreender sua visão sobre a ética e a moral moderna e pós-moderna. Entretanto, gasta-se maior tempo, ou é mais exaustivo, discutir a ética e a moral moderna do que o título do livro sugere: “ética pós-moderna”, reduzindo-se a questão sobre a ética pós-moderna basicamente ao capítulo 8.

O presente texto se estrutura em três focos principais, que a seguir serão desenvolvidos: 1) mostrar como Bauman pontua o processo da configuração da ética moderna em busca de uma ética universal e fundamentada pela racionalidade; 2) mostrar como e em que se pode diferenciar a ética e a moral pós-moderna da moderna, segundo o texto, e 3) pontuar sobre o papel e os meios pelos quais a ética e a moral cumprem sua função, e, neste sentido, as implicações para o exercício da docência.

2 O PROCESSO DA CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA MODERNA SEGUNDO BAUMAN, VISANDO A UMA ÉTICA UNIVERSAL E FUNDAMENTADA PELA RACIONALIDADE

Um dos pressupostos básicos da ética moderna é estabelecer um vínculo com ação e racionalidade. A racionalidade ética predispõe tentativas de universalidade, ou seja, uma visão lógico-empírica do comportamento humano nas relações cotidianas, nas quais as possibilidades de contradições ou ambiguidades não se apresentam como verdades logicamente aceitas. A concepção de uma ética universal se choca com os pressupostos da ética doutrinária enraizada, principalmente em vieses teocêntricos, dando lugar a um modelo mais antropocêntrico da ação humana.

Já instituída nas esferas da convivência, a moral, fortalecida pelos costumes que majoritariamente se repetem por grande parte da sociedade, se movimenta como algo aparentemente inabalável, dando ares de ser inquestionável. A ética universal se apresenta



antagonicamente nessa interação com os aspectos morais já constituídos, e, não raro, se confronta com essa moral estabelecida.

Há ressonância entre as ambiguidades da prática moral e o dilema da ética, a teoria moral: a crise moral repercute em crise ética. A ética - um código moral, que pretende ser o código moral, o único conjunto de preceito harmonicamente coerentes ao qual deve obediência toda pessoa moral — visualiza a pluralidade de caminhos e ideais humanos como um desafio, e a ambivalência dos juízos morais como um estado mórbido de coisas que se deseja corrigir. Em toda a era moderna, o esforço dos filósofos morais visou a reduzir o pluralismo e eliminar a ambivalência moral. Da mesma forma como homens e mulheres vivendo sob as condições de modernidade, a ética moderna buscou uma saída do predicamento em que a moralidade moderna foi lançada na prática da vida diária (Bauman, 1997, p. 29).

Mesmo que a moral não seja, em muitos parâmetros, universal, isso não quer dizer que esta não intenta se universalizar. Talvez não pelo rigor dos critérios da razão, mas como uma crença na predileção de pessoas que corroboram o seu significado e sua intencionalidade. A ética racional perde terreno nesse sentido, pois, o que culturalmente se enraíza dificilmente se abre para uma percepção mais contundente dos contextos subjetivos e das problemáticas sociais. Como expõe Bauman, “Na ética moderna, o Outro era a contradição encarnada e a mais terrível das pedras de escândalo na marcha do eu para sua realização” (Bauman, 1997, p. 99).

A configuração de uma ética moderna moldada pela racionalidade comprovada advém de diversas outras configurações com o mundo social. Essas configurações são estabelecidas pela possibilidade de ausência, ou negação, daquilo que é interno de cada um enquanto ser de vontades, sentimentos e particularidades. A racionalidade ética tende a possibilitar conflitos com os âmagos humanos, por estes terem que negligenciar o que é essencial para si, em suas particularidades, e, assim, garantir a relativa “razoabilidade” da ação entre os homens. Desta forma, constitui-se um espectro de racionalidade direcionada pelo universo social sobre o que se aceita como racional. Logo, que tipo de circunstâncias pode ocorrer a partir desses contextos conflitantes do eu com o mundo? As pessoas que promovem ações ético-racionais estão à mercê da sociedade ou acima dela? É possível conhecer claramente as intenções de uma pessoa cujo caráter ético é racionalizado? Essas



e outras questões estão inseridas no estudo sobre a ética moderna, além de refletirem a forma da divisão social.

Segundo Bauman (1997, p. 32), “Na prática, a elite auto iluminada confrontava-se com as massas não como um ‘outro’ odioso e medonho que se devia (e se podia) evitar, mas como objeto de governo e cuidado - as duas tarefas se entrelaçavam na posição da liderança política”.

Nesse íterim, a partir da formação das sociedades modernas, essa *persona* moderna, caracterizada como fruto da ética racional, tornou-se um ponto de referência de conduta moral, no entanto, ela não se expõe nitidamente como o que há de fato em si, mas aquilo que predispõe a racionalidade dessa conduta, o que não se expõe em intenções e emoções. Essa liderança política que se reflete no mundo moderno passou a ser integrada em muitas instituições e espaços que empregam hierarquias e ideologias que fomentam os critérios da dominação sociocultural. Pode-se perceber, nessa universalidade, que o imperativo categórico kantiano alerta para mecanismos de ordem alheia, buscando uma verdade imparcial a partir de seus escritos.

O imperativo categórico, que em geral só enuncia o que é obrigação, é: aja conforme a uma máxima que possa valer ao mesmo tempo como uma lei universal. – Você tem, portanto, de considerar suas ações primeiramente conforme ao princípio subjetivo das mesmas. Que esse princípio seja também objetivamente válido, porém, você só pode reconhecer na medida em que, submetido por sua razão a essa prova por meio da qual você se pensa ao mesmo tempo como legislador universal, ele se qualifique a uma tal legislação universal (Kant, 2013, p. 226).

Essa universalidade se depara justamente com a subjetividade dessas ações, inseridas na imprevisibilidade das dualidades humanas. Pessoas podem visar interesses, desejos e crescimento pessoal. A filosofia kantiana traduz a relação do homem com o prazer e a intelectualidade em sua obra metafísica dos costumes, ao defender o seguinte pressuposto:

E, já que a ligação do prazer com a faculdade de apetição se chama *interesse*, na medida em que esta ligação é julgada pelo entendimento como válida segundo uma regra universal (mesmo que apenas para o sujeito), o prazer prático, nesse caso,



será um interesse da inclinação. Quando, inversamente, o prazer só pode seguir-se a uma determinação precedente da faculdade de apetição, então ele se torna um prazer intelectual e o interesse no objeto deverá ser denominado interesse da razão; pois, se o interesse fosse sensível, e não meramente fundado em princípios puros da razão, a sensação teria de estar ligada ao prazer e deveria, assim, poder determinar a faculdade de apetição (Kant, 2013, p. 213).

Uma configuração baseada na racionalidade ética passa a ser uma blindagem do ser humano dentro da subjetividade dos contextos que a convivência, especialmente profissional, cria como padrões morais reguladores da ação, sem acesso à natureza crítica das ações e da devida identidade racional dos agentes. Sentimentos como o medo, a insegurança e a ilusão de prazer instigam profissionais a um silêncio velado, acrítico e insensível aos desafios e às problemáticas que formadores de opinião deveriam se ater em plena liberdade discursiva.

Durante o processo de construção da ética da modernidade, essa se constituiu no princípio da não contradição, que se reflete na tentativa de diluir as contradições das relações em geral. Isso é algo que foi amplamente considerado na construção do processo legislativo, e, a partir disso, se difundiu nos convívios sociais como regulador das mensagens e dos conflitos. Apesar de se considerar que muitos desses conflitos se baseiam em certa sorte, pois, infelizmente, a racionalidade ainda não se aplica absolutamente em todo o universo subjetivo das relações humanas, Bauman revigora essa ideia quando diz que: “a modernidade se refere essencialmente à solução de conflito, à admissão de nenhuma contradição exceto de conflitos acessíveis à solução e à sua espera” (Bauman, 1997, p. 13).

Bauman considera essa questão partindo da “aporética”, contradição que não pode ser superada (Bauman, 1997, p. 13). Ou seja, a aporia das ações sociais deflagra situações que aparentemente não podem ser superadas, por isso requer, em dado momento, o apego a uma certa “sorte”. Nessas situações inusitadas, segundo Bauman, cabe não apenas a universalidade da razão, mas essa preocupação deve ser somada com sua face gêmea, ou seja, sua fundamentação. Esta se ergue como transparência empírica da causa, da determinação, dos motivos que justificam a pessoa a agir moralmente (p. 19).



A isso se aplica, em parte, o entendimento ontológico, porque este é visto pela omissão ou pelas ações humanas contrárias à moral estabelecida. A inclinação das pessoas tende a questionar por que elas agem moralmente quando sentem que não há sentido ser moral, ou seja, que não há fundamentação. Desta maneira, a identidade do eu se ergue parcialmente como fundamentação interna, em si, ontologicamente constituída por uma situação aplicada pela relativa ausência de algo lógico que fundamente essa necessidade em ser moral.

A contradição entre as apresentações reflete fielmente o verdadeiro conflito entre tendências igualmente vigorosas da sociedade moderna; uma sociedade que é moderna" na medida em que tenta, sem cessar, mas em vão, "abarcá-lo", substituir diversidade por uniformidade, e ambivalência por ordem coerente e transparente - e, ao tentar fazê-lo, produz constantemente mais divisões, diversidade e ambivalência do que as de que se conseguiu livrar (Bauman, 1997, p. 10).

Inevitavelmente o antagonismo do eu com o mundo pode ter se intensificado, de certa forma, pela aplicação da ética moderna. Primeiramente porque os indivíduos, em grande parte, não veem a ética como objeto de estudo científico-filosófico. Em segundo lugar, porque não abrem mão de suas identidades "morais" com receio de perderem seus cargos e prestígios. E, por fim, a ética construída pelos critérios racionais não prevê e nem abarca todas as possibilidades de dualidades sociomorais.

A ética moderna não ajusta adequadamente a interação entre indivíduo e mundo, em parte, devido à cultura da não racionalidade, como forma de ausência de critérios racionais. Isso não quer dizer que essa não racionalidade se aplica a todos os assuntos, mas, aos olhos da sociedade, especialmente a moral, não é algo que seja administrada racionalmente. Inclusive uma ética com preceitos de uma razão universalizável deve abrir os porões do pensamento crítico, cético e questionador. Em muitas questões morais das sociedades modernas é mais perceptível o interesse pessoal em consolidar o que quer que seja moral, e não o que deve ser moral.

Será necessário afastar o ser humano de sua natureza para formalizar uma ética racional? Mesmo que esta seja razoável, a natureza humana tende a reclamar seu lugar



por direito no bojo dos seus instintos, desejos e emoções. A ética mantém e legitima o lugar das autoridades referenciadas pelos princípios que as hierarquias corroboram. Intelectuais não se distanciam dessa realidade, pois a “sensatez” de suas ações é formalizada pelos critérios da ética racional, forma pela qual se estabelecem em cargos e se mantêm como símbolos da integridade e do comportamento. Porém,

Todos queremos prazeres e todos queremos evitar dor; mas ao amor-próprio não se garante alcançar o que quer, a não ser iluminado, apoiado e guiado por auto interesse adequadamente entendido. Na verdade, interesse adequadamente entendido; mas a compreensão adequada é precisamente o que mais manifestamente faltava à mente rude e não-cultivada. É preciso dizer às pessoas quais sejam seus verdadeiros interesses; se não escutam ou parecem ser duras de ouvido, precisam ser forçadas a comportar-se como seu real interesse exige - se necessário, contra sua vontade (Bauman, 1997, p. 35).

Então, entender as raízes da natureza humana não pode fazer parte das variáveis do pensamento ético? Se a ética é um estudo da relação do eu com o outro, as naturezas mais instintivas de cada indivíduo deveriam deixar de existir ou serem entendidas como fundamento básico da essência humana? Apenas aprofundando no entendimento desses aspectos, é que se torna possível a possibilidade de uma ascensão ética, como sendo, pelo menos, uma busca reflexiva comunicativa universalizável. Sugerir às pessoas que reneguem suas autenticidades internas é o mesmo que enclausurar seus fervores existenciais, e isso pode causar efeitos destrutivos não apenas em si, mas em todos os envolvidos nos mesmos espaços.

Nessa perspectiva, todo aquele que tem sua liberdade ferida ao longo de um processo de vida pode se afugentar dos desafios da existência ou se erguer como a fera mais letal dentre as relações humanas. No âmbito educacional, para aqueles cuja determinação pedagógica visa não apenas aos conteúdos ministrados, mas também à preocupação com a capacidade dos alunos de administrarem suas emoções da forma mais racional possível, cabe saber que não somos apenas instrutores e detentores do saber, mas mediadores dos potenciais internalizadores e emocionais dessa categoria em crescimento.



O conhecimento, portanto, pode fortalecer uma série de fatores internos, tanto positivos como negativos. A racionalidade pode superar essas questões de forma criteriosa e objetiva. Contudo, a educação pode elevar a capacidade humana de lidar com todos os enfrentamentos internos e externos, desde que haja uma formação ética adequada para educadores, um compromisso concreto no processo ensino-aprendizagem e, inclusive, uma comunicação livre de amarras do corpo docente, para se estabelecer os rumos e entendimentos dos contextos que docentes partilham.

3 SIMILARIDADE E DIFERENCIAÇÃO DA ÉTICA E DA MORAL NO CONTEXTO PÓS-MODERNO NA VISÃO DE BAUMAN

Após considerações sobre a elaboração da ética moderna, conforme o texto em questão, Bauman dedica grande espaço a essa temática. No entanto, como o título do texto sugere, “Ética pós-moderna”, haverá pontuações sobre aspectos de similaridade e de diferenciação da ética considerada pós-moderna em relação à moderna.

Bauman (1997), no início do seu texto, afirma que:

A perspectiva “pós-moderna”, à qual se refere esse estudo, significa sobretudo o rasgamento da máscara das ilusões; o reconhecimento de certas pretensões como falsas e de certos objetivos como inatingíveis, e nem, por isso mesmo, desejáveis. [...] Sugiro que a novidade da abordagem pós-moderna de ética consiste primeiro e acima de tudo não no abandono de conceitos morais caracteristicamente modernos, mas na rejeição de maneiras tipicamente modernas de tratar seus problemas morais [...] (Bauman, 1997, p. 10).

Pode-se, no entanto, considerar que a pós-modernidade é marcada por uma nova consciência, a percepção de que a “razão falhou”. Nada tão determinista quanto a afirmação nos faz pensar, e considerando as premissas de não linearidade e transformações contínuas, aquilo que se acreditava racional nos campos da ética e da moral foi se percebendo insustentável.

Precisamos aprender a viver sem essas garantias e conscientes de que nunca se oferecerão essas garantias – de que uma sociedade perfeita, assim como um ser humano perfeito, não é perspectiva viável, ao passo que tentativas de provar o



contrário acabam sendo mais crueldade que humanidade e certamente menor moralidade (Bauman, 1997, p. 21).

Ao substituir “a Revelação da Igreja” pela “ética dos filósofos”, apenas se considerou a potencialidade da “natureza humana”, confiando no que poderia se tornar, “se fosse bem orientada” (Bauman, 1997, p. 41-42). No momento é preciso criar maneiras para lidar com a incerteza de escolhas subjetivas. O alargamento das possibilidades à ambiguidade moral, a incerteza e o não universalizável constituem o cenário social referente à ética e à moral pós-moderna.

Estes tempos nos oferecem liberdade de escolha jamais gozada antes, mas também nos lançam em estado de incerteza que jamais foi tão angustiante. Ansiamos por guia no qual possamos confiar e sobre o qual possamos nos apoiar, de tal forma que de nossos ombros se possa retirar algo da assombrosa responsabilidade por nossas escolhas (Bauman, 1997, p. 35).

Algo que a modernidade deixou foi a certeza de que não haverá respostas certas e seguras, e, desta forma, será preciso aprender a lidar com a liberdade, sem que isso se torne imobilizante. Bauman aponta que esse fator é uma relação de reencantamento pós-moderno. Abraçar todas as dimensões humanas é o exercício do momento, como as emoções, por exemplo, que eram vistas como algo a ser controlado e reprimido. Neste contexto, essas dimensões foram mantidas fora da equação da moralidade.

Aprendemos de novo a respeitar a ambiguidade, a ter consideração pelas emoções humanas, a apreciar ações sem propósito e recompensas calculáveis. Aceitamos que nem todas as ações, e particularmente nem todas entre as mais importantes das ações, precisam justificar-se e explicar-se para serem dignas de nossa estima (Bauman, 1997, p. 52).

Ambiguidade, no sentido de que uma coisa ou qualquer coisa não necessita de uma única compreensão ou explicação, pode ser interpretada ou entendida de modos diferentes. Não está mais restrita a uma divisão entre corpo e razão, mas ao corpo como vivência, razão e emoção, abrindo, assim, espaço para a pluralidade.



A configuração da assim chamada pós-modernidade não teve início num determinado ano ou dia, mas se configurou num longo processo cultural por meio de um conjunto de variáveis em movimento, como religiosas, políticas, econômicas e outras. Ringer (2000), em “O declínio dos mandarins alemães”, considera que houve um processo de mudança cultural a partir, em especial, dos anos 1870 na Europa, culminando com a Primeira Guerra Mundial, de 1914, e na reconstrução pós-guerra. Constata-se que, no final do séc. XIX e início do séc. XX, neste contexto, gestaram-se novas valorações, representativas na moral e ética pós-moderna.

Se se considerar, assim como Bauman aponta, que uma das características da moral e da ética pós-moderna se fundamenta ou se sustenta mais nas emoções e na estética e, portanto, é mais flexível (segundo considerações nossas), o arcabouço subjacente precisa ser buscado no contraponto feito pela fenomenologia ao iluminismo, ao naturalismo e ao historicismo. Alguns de seus representantes são: Husserl, Edith Stein, Max Scheler, Martin Buber, entre outros, focados numa visão antropológica para além do biológico, pelo resgate das emoções e da personalidade em compreender sua estrutura, dando lugar à empatia e simpatia nas relações humanas. Por outro lado, ocorreu uma reviravolta na valoração, entre o ser e o fazer, pela força do mercado.

Nessa perspectiva, voltando-se à questão central, se uma das características da moral e da ética pós-moderna é a pluralidade, e sobretudo a flexibilidade, serão feitas algumas considerações das implicações quanto a ser um fator condicionante sobre a nova configuração da dinâmica sociocultural, como também, sobre seus efeitos. Neste sentido, Sennett (2005), em “A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”, faz significativas observações. Dar-se-á, primeiramente, destaque para suas contribuições quanto ao novo *status* cultural.

Destarte, a flexibilização ataca aquilo que é rígido, constante ao que se repete ao longo da tradição, e requer agilidade, mudanças rápidas, desconsiderando-se longos prazos, mas projetos curtos. Isso requer disposição para frequentes mudanças, inclusive em relação ao trabalho, objetivando-se na estruturação das relações institucionais e do trabalho, entre os pares e na responsabilização. Sennett (2005, p. 54) observa que: “A



sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis [...]”.

Destaca-se, então, como consequência, em especial, os efeitos nas emoções, na subjetividade, ou intrasubjetividade, bem como na intersubjetividade. Como já se fez referência, causa maior ansiedade em razão de se ter menor previsão do tempo, ficando-se mais exposto ao não saber dos riscos aos quais se possa incorrer. Também afeta a manutenção ou a construção da lealdade no âmbito institucional, visto que os frequentes ajustes, as readaptações das organizações, contribuem para a diminuição de confiança e lealdade nestas, como também entre as próprias pessoas.

A durabilidade das relações é menos constante e durável, inferindo na lealdade e confiança. Há uma questão que Sennett levanta, foca e está relacionada à formação do caráter, uma vez que, em geral, se atribui a ele uma valoração ética. O caráter é resultado de um processo da vivência e das experiências de longa duração, ou seja, de longo prazo. No entanto, as rápidas mudanças interferem no processo formativo do caráter.

Por isso, como o imediatismo é uma das características da pós-modernidade, as rápidas mudanças que centram maior responsabilidade individual para as decisões requerem, então, maior competência nas ações. Isso ocorre no sentido da competência técnica, isto é, saber fazer, mas também, competência ética, isto é, saber fazer bem, no sentido de bom, causando “bem-estar”, felicidade e prazer. Fala-se em “bem-estar” no mundo corporativo, nas relações de produção, com técnicas e espaços apropriados, porém, a produtividade não pode cair, mas, antes, aumentar. Se por um lado, como já se fez menção, há uma “falsa” sensação de liberdade, uma maior autonomia de decisões, mas o poder, o controle, apenas mudou de lugar ou para uma impessoalidade, Sennett (2005) diz que:

O controle pode ser estabelecido instituindo-se metas de produção ou lucro para uma ampla variedade de grupos na organização, que cada unidade tem liberdade de cumprir da maneira que julgar adequada. Essa liberdade, no entanto, é especiosa. É raro as organizações flexíveis estabelecerem metas de fácil cumprimento; em geral as unidades são pressionadas a produzir ou ganhar muito mais o que está em suas capacidades imediatas (Sennett, 2005, p. 65).



Portanto, de acordo com o autor, isso se chama capitalismo flexível. Ou seja, o poder do controle continua exercendo seu papel, tendo como princípios a competitividade e a competência como um poder invisível, uma introjeção em nossa subjetividade e consciência.

Diante dessas observações, a questão que se pode colocar é: em que medida os princípios éticos da solidariedade, da justiça e outros, como componentes da ética, permanecem no mundo pós-moderno?

3 EXIGÊNCIAS DA ÉTICA DA MORAL PÓS-MODERNA - IMPLICAÇÕES NA DOCÊNCIA

Já civilizações antigas elaboravam modos de vida entre o permitido e o não permitido, resultando em uma moral e ética. Sabe-se, por exemplo, que, na Mesopotâmia antiga, Hamurabi (Gardner, 1965, p. 47) havia composto um código de conduta ou de ética que apresenta relações próximas ao Código de Aliança dos Hebreus, estabelecido por Moisés. No Ocidente, a ética tornou-se objeto, em especial a partir dos chamados filósofos clássicos, como Platão, Aristóteles, mas foi sobretudo no pensamento dos estoicos que a ética se tornou central no modo de vida. Neste contexto, considerando-se que Bauman, entre outros, discute a questão da ética pós-moderna, em especial do Ocidente, é pertinente lembrar que a ética como objeto de estudo se desenvolveu no Ocidente a partir da ética grega, judaica cristã e, posteriormente, grega cristã.

A Paideia da Idade Média até a modernidade foi fruto da conciliação de elementos da tradição judaica, segundo os escritos do chamado A.T., em especial no Pentateuco e a partir do séc. VIII a. C. Assim, a ética dos profetas (teocêntrica), fundamentada na revelação divina (Gardner, 1965, p. 51), tornou-se uma referência. Todavia, foi a partir dos primeiros séculos do cristianismo que ocorreu uma aproximação com a ética da tradição grega, de influência estoica, em especial a partir de Agostinho. Com isso quer-se afirmar que a ética como objeto de estudo e preocupação perpassa a cultura ocidental sob suas várias manifestações ou vivências morais. Como destacado no texto, a modernidade e a chamada



pós-modernidade receberam seu lugar e tratamento, em especial a moderna, fundamentada na razão.

Retomando, nas discussões de Bauman sobre a ética pós-moderna considera-se que a ética não morreu, conforme alguns têm sugerido (Bauman, 1997, p. 8), mas sim deu-se uma minimização:

Sugiro que a novidade da abordagem pós-moderna da ética consiste primeiro e acima de tudo não no abandono de conceitos morais caracteristicamente modernos, mas na rejeição de maneira tipicamente modernas de tratar seus problemas morais [...]. Os grandes temas da ética – como direitos humanos, justiça social, equilíbrio entre cooperação pacífica e autoafirmação pessoal, sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo – não perderam nada de sua atualidade. Apenas precisam ser vistos e tratados de maneira nova (Bauman, 1997, p. 10-11).

Bauman segue, em suas considerações sobre a modernidade, mostrando que se pretendia eliminar a ambivalência moral e que a ética dos filósofos modernos estava em busca de substituir a fundamentação da revelação, centrando-a, agora, na natureza humana, ou seja, na razão (Bauman, 1997, p. 40-41), como já se fez referência. Houve, assim, duas exigências diante dos seres humanos, dotados de um potencial moral e ético que se acha escondido. Primeiro, que lhes seja revelado o padrão moral, pois [...] “são incapazes de descobrir sem ajuda” (p. 43), e segundo que “[...] devem ser ajudados no seguimento desses padrões por um ambiente cuidadosamente planejado para favorecer e recompensar verdadeiramente a conduta moral” (p. 43).

Acrescenta-se, ainda, que essas tarefas demandam empenho de pessoas habilitadas, como “mestres” e “legisladores” (p. 43), para se chegar a uma ética fundamentada e universalizada. Bauman, ao considerar as condições que se configuraram no mundo pós-moderno, assinala que a ética e a moral não deixaram de existir. Porém, ao se tornarem relativas e plurais, trouxeram novas exigências frente às incertezas e à falta de uma “âncora” segura, um referencial sólido:

E assim agora sentimos falta daquilo a que antes ressentimos: uma autoridade mais forte que nós, uma autoridade que se pode responsabilizar pela adequação de



nossas escolhas e assim, ao menos, partilhar de algo de nossa “excessiva” responsabilidade (Bauman, 1997, p. 34).

Na sequência, ao tratar da incerteza da ética e da moral pós-moderna, continua abordando seus efeitos sobre a subjetividade e o *Self*, como geração de angústia, de ansiedade, por se deixar de confiar em autoridade e assumir a responsabilidade pela escolha dos nossos padrões éticos e morais. Neste caso, Japiassu (1996), no seu texto “A crise da razão e do saber objetivo - as ondas do irracional”, publicado um ano antes do texto de Bauman, no capítulo sobre “O terreno pós-moderno do irracional”, caracteriza também a pós-modernidade como uma época de incertezas. Ele pontua, ainda, que se vive em situações de “fuga da realidade”, que se perderam a utopia, os ideais, a fé, seja religiosa ou científica, vivendo-se uma certa psicose coletiva, de um mundo irreal e místico. Diz que:

Até mesmo o amor se converte numa palavra vazia, servindo para encobrir ou revelar os tipos de sentimentos e paixões, dos mais sublimes aos mais hediondos, para muita gente, o importante não é mais amar. O que importa é ‘estar-junto’, ‘ficar-com’, ‘viver-com’, ‘sair-com’; por paixão, por afinidades, por comodidade, por covardia, por prazer, por medo da solidão, por interesse; para se descobrir, para se encontrar, para se realizar, para ser mais, para dividir etc. (Japiassu, 1996, p. 173).

Portanto, se a sociedade, e em especial as novas gerações, vive num mundo cultural fluido e instável, talvez seja hora de reconciliar com o que se perdeu. Mas o que se perdeu? Vive-se o risco de radicalismos, fundamentalismos irracionais, caminho que se deve evitar, e tem-se apostado na educação. Que educação? Educação centrada mais no fazer do que na essência do ser? Fazer e ser não devem se tornar meros chavões de um discurso, mas contribuir para uma reviravolta de valoração, por meio de uma conciliação entre ética, moral e ciência. Isto é, uma ética fundamentada em valores mais altos e existenciais da solidariedade e da amabilidade.

Nesse ínterim, ao se tratar a ética pós-moderna e suas implicações no processo educacional, quer-se, então, trazer as exigências éticas para o exercício da docência, processo no qual se depara com conflitos entre um alinhamento de uma “ética e moral pessoal”, com o coletivo ou do outro. São muitas as produções sobre a prática docente e a ética e a formação ética dos docentes. Entre as várias publicações de artigos e livros, no



texto “Docência: uma construção ético-profissional” (Veiga; Araujo; Kapuziniak, 2005), se discutem o conceito de ética, seu desenvolvimento como projeto e o quanto contribui para o exercício profissional ou serve como veículo de controle, principalmente burocrático para a prática docente. Mas, considerando-se a complexidade, amplitude e diversidade da profissão docente, em nosso país não se chegou à formalização de uma deontologia para o exercício da docência, mas apenas houve normativas nos regimentos das instituições educacionais. Os referidos autores pontuam, em seu texto, que:

O documento que traz em seu interior o Código de Ética do Professor intitula-se Proposta de um ‘Código de Ética Profissional’. Afirma inicialmente que se trata de uma proposta – a ser melhorada – do sindicato dos professores de Minas Gerais (Simbro-GM) em vista de um possível referendo ao Código de Ética Profissional do Professor, o qual deveria abarcar duas possíveis dimensões: a) regras sobre a prática profissional dos professores; b) garantia de melhores condições de trabalho (Veiga; Araujo; Kapuziniak, 2005, p. 103).

No entanto, culturalmente existe uma imagem de que o professor deve ser alguém virtuoso, com comportamento ético moral elevado. O professor, então, como partícipe desse contexto cultural, vive o conflito de sua autoimagem profissional, enquanto *persona*, que vem da imagem de sacerdote, escravo, e, ainda, muitas vezes ele é visto como não sendo um profissional, como se a docência não fosse uma profissão. Adorno discute bem isso no texto “Educação e emancipação”, no capítulo “Tabus acerca do magistério” (Adorno, 1995).

Com essas rápidas observações, é necessário contextualizar a questão da ética docente no mundo chamado pós-moderno ou da ética pós-moderna, que de um lado flexibiliza as questões, os princípios éticos e morais, e do outro lado, ao se responsabilizar pelas decisões, o sujeito individual. Este sujeito é o professor, que precisa assumir o peso, mas, no geral, espera-se que ele corresponda ao esperado e ao desejado. Como já dito, a profissão docente, em sua amplitude, desde o ensino infantil, fundamental, médio e superior, mesmo que o professor se enquadre numa dessas fases de ensino, e que as demandas possam corresponder mais ao nível em que atua, estabelece relações com os



diferentes atores de sua escola campo, com as famílias relacionadas e com as autoridades externas correspondentes, no âmbito das políticas educacionais etc.

Em tudo isso há implicações éticas, pois estas acontecem no relacionamento e nas atribuições profissionais. Destarte, é nessas exigências éticas que o docente se depara com dilemas. Seria um dilema precisar decidir entre nossa concepção do que seja ético ou segundo o que os outros julgam ser ético, uma vez que não estamos num contexto de uma ética absoluta? Ou seja, o dilema não é precisar decidir entre o certo e o errado, e isto não é dilema, mas uma questão de optar e decidir, sendo que o dilema surge quando precisamos decidir entre o certo e o certo.

Kidder (2007), em “Como tomar decisões difíceis ou como escolher na vida entre o certo e o certo”, sugere que o dilema pode ser analisado a partir de quatro perspectivas: “Justiça *versus* compaixão”; “curto prazo *versus* longo prazo”; “indivíduo *versus* comunidade” e “verdade *versus* lealdade”. O autor explica cada paradigma da seguinte forma:

O conceito por trás do paradigma justiça *versus* compaixão diz que justiça, a equidade e a aplicação igualitária da lei muitas vezes conflitam com a compaixão, a empatia e o amor.

Curto prazo *versus* longo prazo, ou agora *versus* depois, reflete as dificuldades que surgem quando necessidades ou desejos imediatos vão de encontro a objetivos ou perspectivas futuras.

O paradigma indivíduo *versus* comunidade pode ser reformulado como nós *versus* eles, ou *versus* outros ou pequeno grupo *versus* o grupo maior.

Verdade *versus* lealdade pode ser visto como honestidade ou integridade *versus* compromisso, responsabilidade ou comprometimento de promessas (Kidder, 2007, p. 150).

Perguntou-se a um grupo de professores com quais dilemas éticos-morais eles se defrontam no exercício da docência. As respostas como fatores geradores, em síntese, foram: competitividade, relações entre professores e alunos, falas entre os pares, preconceitos, relações pais e filhos e assédio. A segunda questão foi como eles lidam com uma situação, segundo eles, considerada dilema. As respostas foram: não entra e disputa, ousa e pondere, ficar calado, diálogo, considerar as consequências e denúncias.



As respostas não permitem avaliar o mal-estar dos professores diante do que eles consideram dilemas, mas apenas evidenciam que precisam se basear em suas percepções e decisões, que, para eles, implica dilemas éticos. Também não houve nenhuma referência de que os professores se valham de normativas estabelecidas, de leis positivas, mas de uma percepção e decisão particular, individual, nem mesmo de uma análise compartilhada. Isso pode indicar que os docentes acabam assumindo a responsabilidade diante de situações complexas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações de Bauman relativas ao processo da configuração da moral e da ética moderna, bem como de sua constituição na chamada pós-modernidade, foram apontadas. Desta maneira, a moral e a ética são constitutivos da cultura, e esta é um modo de ser e viver, ou seja, é como o *ethos*, conjunto de crenças e valores percebidos de determinado grupo social ou sociedade, que por sua vez condicionam a vivência, como Rios (1999, p. 21) diz: “Cada sociedade possui seu *ethos*, ou se compõe de um conjunto de *ethos*, jeitos de ser, que conferem um caráter àquela organização social”. *Ethos*, entendido como morada ou casa, se caracteriza por certa permanência do *status* social, cujas ética e moral não são estáticas, não absolutas ou universais, mutáveis no tempo e espaço, mas contribuem para a manutenção ou mudança cultural.

Compreendeu-se que a ética e a moral (*ethos*) pós-moderna sofreram mudanças e se caracterizam pela pluralidade, flexibilidade e individualidade, faltando-lhes uma “âncora” segura, um “porto seguro”, por serem mais flutuantes e flexíveis. Elas geram insegurança, incerteza e crise existencial, proporcionam uma sensação de liberdade, mas também uma responsabilização centrada no individual, gerando maior ansiedade e angústia frente às exigências que são impostas.

Como a ética e a moral se constituem em vivência individual e social, ambas perpassam por todas as instâncias das relações sociais, ações e profissões, e, em especial, pelo exercício da docência. É nesse sentido que se procurou relacionar a moral e a ética



pós-moderna às atividades dos professores, enquanto uma demanda de sua competência ética e que, assim, sejam capazes de decidir e responder às circunstâncias e aos acontecimentos, mas que muitas vezes se transformam em dilemas éticos para os docentes.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
- GARDNER, E. C. **Fé bíblica e ética social**. São Paulo: ASTE, 1965.
- JAPIASSÚ, H. **A crise da razão e do saber objetivo** – as ondas do irracional. São Paulo: Letras & letras, 1996.
- KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. Tradução [primeira parte] Clélia Aparecida Martins, tradução [segunda parte] Bruno Nadai, Diego Kosbiau e Monique Hulshof. – Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- KIDDER, R. M. **Como tomar decisões difíceis ou como escolher na vida entre o certo e o certo**. São Paulo: Editora Gente, 2007.
- LIPOVETSKY, G. **Crepúsculo do dever**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- LIPOVETSKY, G. **Sociedade pós-moralista** – A ética indolor dos novos tempos democráticos. São Paulo: Ed. Manole, 2005.
- RIOS, T. A. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- RINGER, F. K. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Ed. US, 2000.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter** - consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2005.
- VEIGA, I. P. A.; ARAÚJO, J. C. S.; KAPUZINIÁK, C. **Docência**: uma construção ético-profissional. Campinas: Papirus Editora, 2005.

Recebido em: 27-04-2024

Aceito em: 03-04-2025

